

1 Aos treze (13) dias do mês de fevereiro do ano de 2019, às 09h00min, reuniram-se os membros
2 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBHVG), no auditório da Federação das
3 Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) Regional Norte, situado na Av. Deputado Esteves
4 Rodrigues, 1.489, Vila Brasília, Montes Claros/MG. **Participaram os seguintes representantes**
5 **titulares:** Dirceu Colares de Araújo Moreira (Presidente) – FAZENDA LAGOÃO, Glauber Vieira de
6 Oliveira (Vice residente) – INEMA/BA; Maria Socorro Mendes Almeida Carvalho (Secretária) –
7 DNOCS; Ricardo Carreiro Neto (Secretário Adjunto/Gorutuba) – Distrito de Irrigação do Perímetro
8 Gorutuba (DIG); Rafael Macedo Chaves – IBAMA; Iran Douglas da Silva – SEMAD/SUPRAM Norte;
9 Wesley Mota França – IGAM; Davi Pereira de Oliveira Júnior - POLÍCIA MILITAR de Meio Ambiente
10 de Minas Gerais; Sérgio Oliveira Azevedo – EMATER; Juliana Lucas Correia – Prefeitura Municipal
11 de VERDELÂNDIA; Rodrigo Dhryell Santos – PREFEITURA Municipal de GLAUCILÂNDIA; Horácio
12 Cristo Barbosa – UNIÃO DA SERRA GERAL; Mônica Maria Ladeia – COPASA; Alexander Amarante
13 Lopes – COPASA/Janaúba; Laila Tupinambá Mota – FIEMG; João Damásio Frota Machado Pinto –
14 FAZENDA AGUAPÉ; Gustavo Wagner Drumond Lage – BANARICA Ltda/Fazenda Boa
15 Esperança/Fazenda Santana; Ari Teodoro de Oliveira – ESTÂNCIA DAS AROEIRAS; Luís Henrique
16 Garcia – Irrigação e Uso Agropecuário; Margareth de Jesus Neves de Oliveira – ASSOC. DE
17 DESENV. COM. DE SANTA CRUZ E ADJACÊNCIAS; Maria de Lourdes Silva Rodrigues – ONG
18 PRISMA. **Participaram os seguintes representantes suplentes:** Domênico Morano Júnior
19 Getúlio – CODEVASF; João Batista Ribeiro da Silva Reis – EPAMIG; Luciano Cloves da Fonseca –
20 Fazenda Esperança; **e no exercício de titularidade:** Geraldo Agostinho Dias – COPASA/Jaíba;
21 Roberto de Miranda – SAAE Francisco Sá; Náira Sanna Marques – Mineração Riacho dos Machados;
22 Juvenal Mendes de Oliveira – Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros; Carlos Magno
23 Santos Clemente – Faculdade Guanambi. **Justificaram ausência:** Clarissa Bastos Dantas – IGAM;
24 Zoraya Guerra David França – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO; Tatiany Cerqueira
25 Novais Sant’ana – PREFEITURA MUNICIPAL DE IUIU; Antônio Carlos Câmara Júnior – COPASA;
26 José Carlos de Oliveira – COPASA/Porteirinha; Juliana Ferreira de Santana Aranha Martins –
27 SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE URANDI; Sônia de Fátima Reis – CONSELHO DE
28 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RIO DAS PEDRAS e Carlos Santos Gonçalves – ASSOC.
29 DOS PEQUENOS PRODUTORES CABECEIRA E RAIZ de URANDI. **Participaram os seguintes**
30 **convidados:** Talita Aguiar Elisei e André Viana Melo – MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS;
31 Jannyne Márcia Amorim Silva – AGÊNCIA PEIXE VIVO/CBH VERDE GRANDE; Antônio Waldir Nunes
32 e Adílio Teixeira da Silva – Secretaria de Meio Ambiente de Jaíba; Alexander Oliveira (coordenador
33 Estadual) e Dieysson Alkimin Oliveira (Engenheiro) - DNOCS; Roberto Luiz Botelho
34 (Superintendente) – COPASA; José Dias Godrim – EMATER/MG; Núbia Primo – Jornalista;
35 Hermínio Martins, Waldinei dos Santos, Pedro Antunes e Antônio Silveira – CÂMARA MUNICIPAL DE
36 PORTEIRINHA/MG; Sérgio Nassau – AMAMS; Aécio José dos Santos, Lucilene Almeida Ferreira e
37 Joélia Santos Barbosa – CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA/MG; Eduardo Gomes de
38 Assis – Instituto Grande Sertão (IGS); Vitor Lages – HIDROBR Soluções Integradas; Flávia Mendes
39 – AGÊNCIA PEIXE VIVO (AGPV); Girleno Alencar – Jornalista; Willian César Ireno – CBH
40 JEQUITAIÁ/PACUÍ; Clésio Cândido de Amaral (Superintendente)– SUPRAM/NM; Tânia Dias – ANA;
41 Daniel P. Ardisson (Promotor) – Ministério Público de Minas Gerais; Manoel Freitas (Jornalista) –
42 Jornal O Norte; Marcelo Malheiros Cerqueira (Procurador) – Ministério Público Federal; Alexandre
43 Gonçalves (Engenheiro) – CPT/Diocese Montes Claros; Francisco Machado - CODEVASF; Cyro
44 Moreira – XXXXX; Leonardo Daniel Martins e Gilson Márcio Brito – PREFEITURA DE RIACHO DOS
45 MACHADOS/MG; Aauri Cordeiro – CÂMARA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG. Verificado o quórum, o
46 Presidente Dirceu Colares deu **INICIOU a REUNIÃO**, dando boas-vindas aos presentes. Na
47 sequência explanou sobre os informes contidos em pauta. Quanto ao **MARCO REGULATÓRIO**
48 explanou sobre as variações ocorridas em determinado período no rio, informando também que
49 este assunto foi objeto de discussões na Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CBH Verde Grande
50 em sua reunião ordinária no dia anterior, na qual foi **constituído um grupo de trabalho (GT)**
51 **para estudar esses dados** e direcionar as tomadas de decisão do Comitê. A seguir, Dirceu falou
52 também sobre as **DENÚNCIAS** recebidas pelo Comitê referentes aos **RESERVATÓRIOS**
53 **CONSTRUÍDOS PELO GRUPO PLANTAR S/A EM NASCENTES DOS RIOS SARACURA E**

54 **JURAMENTO**, informando que **o Comitê se propôs a buscar informações junto a EMATER,**
55 **IBAMA e o Grupo de Denúncias Ambientais e trazê-las para discussão na CTC**, a fim de se
56 ter maior compreensão do assunto. Logo após, ele discorreu sobre a questão dos **"SUMIDOUROS**
57 **EM JAÍBA/MG"** e a proposta apresentada pela ANA de **esvaziamento da antiga barragem da**
58 **COPASA (em desuso)** como uma das soluções para minimizar a perda de água no leito do rio.
59 Dirceu acrescentou que esse assunto também foi discutido na reunião da CTC mencionada acima e
60 que é **preciso saber da COPASA a real situação desta barragem**. César Luiz, representando a
61 Câmara Municipal de Jaíba e a ONG Amigos do Rio Verde, esteve na reunião e propôs articular
62 junto à população de Jaíba sobre a aceitação da proposta. Informou também aos presentes sobre
63 apresentação do Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos (**MOP**) que é um documento-
64 síntese do Plano de Recursos Hídricos (PRH) da bacia do rio Verde Grande no qual são elencadas as
65 prioridades e forma de aplicação e será desenvolvido pela empresa HIDROBR, vencedora da
66 licitação. Por fim, Dirceu explanou ainda sobre o Termo de Referência (**TDR**) dos **ESTUDOS sobre**
67 **INCREMENTO DE OFERTA HÍDRICA**, apresentados à CTC pela assessora técnica, da AGBPV,
68 Flávia Mendes. Dirceu encerrou sua fala, pedindo aos presentes que cada um se apresentasse
69 dizendo o nome e instituição que representam. Feito isso, a Secretária do CBHVG, Sra. Maria
70 Socorro, tomou a palavra e após agradecer a todos pela presença, informou que o quórum fora
71 atingido. Ela colocou para apreciação do plenário as ATAS das Reuniões Extraordinárias que
72 ocorreram no dia 05.12.2018, as quais foram enviadas previamente aos membros, via e-mail, para
73 contribuições. Não havendo manifestação, nem oposição as atas foram aprovadas por
74 unanimidade. Logo após, Maria Socorro propôs uma INVERSÃO DE PAUTA em face do pedido do
75 Promotor de Justiça, Coordenador Regional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente
76 das Bacias do Rio Verde Grande e Pardo, Dr. DANIEL PIOVANELLI, que necessitava ausentar
77 cumprir compromisso previamente agendado. **O PLENÁRIO APROVOU A INVERSÃO DE PAUTA.**
78 Convidado pela Secretária a se manifestar, Dr. Daniel iniciou sua **APRESENTAÇÃO (MP)**
79 agradecendo à Diretoria do CBH Verde Grande (CBHVG) pelo convite e oportunidade de
80 pronunciar-se sobre as ações e competências do Ministério Público quanto a **SITUAÇÃO ATUAL DAS**
81 **BARRAGENS DO NORTE DE MINAS** (tema da reunião), em especial sobre as barragens (de
82 perenização) da CAATINGA e a de REJEITOS da MINERADORA RIACHO DOS MACHADOS. Na
83 sequência, pontuou que, no final do ano de 2017, conjuntamente, os Ministérios Público Estadual e
84 Federal ajuizaram uma ação (Processo nº 1000559-04.2017.4.01.3807) requerendo ao INCRA
85 execução de obras emergenciais na BARRAGEM DA CAATINGA, em razão de diversas falhas
86 estruturais apresentadas em relatórios por alguns órgãos, dentre eles do Corpo de Bombeiros de
87 Minas Gerais e da SUPRAM/NM. Ressalta que a ação não visava o descomissionamento da
88 barragem, e sim a adoção de medidas que minimizassem os riscos de possíveis rompimentos.
89 Informa ainda que após oitiva de representantes do INCRA o Juiz de Direito concedeu a LIMINAR,
90 mas que as medidas "impostas" ainda não foram cumpridas. Informou também que no dia 31 de
91 janeiro do presente ano o MP recebeu comunicado do INCRA informando sobre a decisão de
92 descomissionar a barragem sob a alegação de que não tem competência pertinente a barramentos
93 e que por anos vem tentando ceder a operação da barragem para outras entidades federais,
94 estaduais ou municipais e nenhum órgão demonstrou interesse. Dr. Daniel, lembrou aos
95 presentes que o MPE não tem competência de ordenar a um órgão federal que opere uma
96 barragem, até porque ele não possui corpo técnico para tal e que as obras emergenciais deveriam
97 ser executadas obrigatoriamente havendo ou não o descomissionamento da barragem. A seguir
98 entrevistou Dr. Marcelo Malheiros (Procurador) representante da Procuradoria da República de Montes
99 Claros (MPF) informando que desde que a ação foi ajuizada, o MPF vem dialogando com o INCRA,
100 o qual sempre alega que não tem condições de operar a barragem, nem mesmo de executar as
101 obras que estão sendo demandadas. Então, segundo ele, foi agendada uma audiência de
102 conciliação para o próximo dia 20, a partir da qual será intentada uma decisão definitiva, já que o
103 prazo da liminar expirou. Retomando a palavra o Dr. Daniel (MPE) informou que caso fique definido
104 o descomissionamento da barragem da CAATINGA, esse processo será acompanhado pelo MPE com
105 vistas a avaliar, principalmente, o prejuízo que isso acarretará em termos de abastecimento para
106 as populações ribeirinhas. Ao finalizar as informações quanto a Barragem da CAATINGA, o Dr.

107 Daniel abre a oportunidade para contribuições e questionamentos; usando do espaço o Presidente
108 do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Jequitaiá e Pacuí (CBHSF6), Sr. Willian César, informou que
109 em reunião do MP com o INCRA e representantes de outros órgãos foi manifestado por todos, de
110 forma unânime, o desejo de não esvaziamento da barragem da Caatinga, todavia prossegue: o
111 INCRA parece querer impor essa medida, sem discutir nenhuma alternativa, apesar de nesta
112 mesma reunião de ter se comprometido a elaborar projeto para reparação da estrutura da represa
113 via Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), por isso afirmou estar perplexo com a decisão
114 unilateral do INCRA de esvaziamento da barragem mas entende que a decisão não eximirá o
115 órgãos de reparar ambientalmente a região, onde se observa elevado grau de erosão do solo e
116 assoreamento dos mananciais. Conclui dizendo que o CBH Jequitaiá/Pacuí continuará acompanhando
117 o processo esperando um desfecho que privilegie o meio ambiente, pois toda essa água limpa não
118 pode ser desperdiçada, haja vista a crise hídrica porque passa o Norte de Minas, uma das maiores
119 da história. Na sequência JUVENAL MENDES questiona o promotor Dr. Daniel se o
120 descomissionamento não caracteriza crime ambiental já que a biota aquática ali presente será
121 destruída. Dr. Daniel respondeu que a infraestrutura da barragem está tão comprometida que se
122 não houver a diminuição do seu volume, as muitas famílias que ali residem poderão estar com suas
123 vidas em risco. Neste momento, o Dr. Marcelo Malheiro interveio dizendo que o MP esgotou seus
124 recursos de atuação, pois mesmo com a decisão liminar o INCRA permanece inerte frente às
125 intervenções a serem feitas na barragem. E caso assim permaneça, medidas inerentes a
126 improbidade administrativas serão tomadas. Concluído esse ponto, Dr. Daniel, colocou a
127 Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente das Bacias do Rio
128 Verde Grande e Pardo à disposição dos presentes e voltou a reafirmar que o MP não é órgão
129 fiscalizador de barragens cabendo, pois, ao mesmo, usar dos instrumentos legais para conduzir as
130 decisões. Na sequência passou a discorrer sobre a BARRAGEM de REJEIOTOS DA MINERADORA
131 RIACHO DOS MACHADOS (MRDM), sobre a qual o MP, desde 2011, acompanhado o licenciamento,
132 bem como a avaliação da qualidade hídrica e eficiência da contenção dos rejeitos. Mais uma vez,
133 Dr. Daniel ressaltou que não cabe ao MP dar laudos de estabilidade de uma barragem e que hoje
134 tal atribuição é desempenhada pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Todavia, prossegue,
135 atendendo ao princípio ambiental da "Precaução", o MP convocou a MRDM para assinar dois TACs
136 um relacionado à interferência das partículas do pó da mineração na saúde respiratória de
137 moradores de duas comunidades próximas e de contaminação hídrica do PA 30 e outra comunidade
138 circunvizinha. Essas medidas adotadas nos TACs serão acompanhadas pela empresa de Plano de
139 Saúde e pela Secretária de Saúde do município aos moradores para verificar se há ocorrência de
140 doenças respiratórias ou gastrointestinais. Com relação ao outro TAC, também será feita avaliação
141 da água que atende às comunidades e havendo contaminação, mediante a apresentação dos
142 laudos, a MRDM deverá providenciar outro poço de abastecimento para a comunidade, com
143 qualidade hídrica igual ou superior ao posto fechado. Além disso, informou que o MP recebeu duas
144 denúncias anônimas, uma levantava a hipótese da cota da barragem estar sendo excedida e a
145 outra foi apresentada recentemente por uma pessoa que disse já ter trabalhado na barragem e
146 percebeu que houve menos cuidado na compactação do solo quando do último alteamento,
147 solicitando ao MP que intercedesse junto à ANM para fiscalização mais apurada a fim de averiguar
148 a procedência da denúncia. Enfatizou o acompanhando do trabalho de fiscalização da SUPRAM/NM
149 concernentes ao licenciamento da barragem e à fiscalização da ANM com relação a estabilidade e
150 condições de operação da mesma e em se constatando irregularidade na fiscalização, o promotor
151 regional poderá acionar a Coordenadoria para atuar no caso. Dr. Daniel fez questão de enfatizar
152 que a MRDM sempre foi bastante solícita aos chamamentos do MP, demonstrando abertura para
153 diálogo e esclarecimentos. A seguir, um presente, não identificado indagou o Promotor quanto a
154 contaminação de poços tubulares informando que foi mencionado em audiência pública, com o
155 Promotor Lucas, na cidade de Montes Claros, que a MRDM apresentou contraprova demonstrando a
156 normalidade dos laudos. O Presente contesta a confiabilidade dos resultados (laudos), já que a
157 empresa contratada para fazer essa averiguação chegou na reunião com o carro da mineradora.
158 Outra manifestação feita pelo presente foi a de que a MRDM não assiste devidamente as
159 COMUNIDADES DE RIBEIRÃO E GOIABEIRAS que antes eram abastecidas pelo rio Ipiranga, o qual

160 era perene, mas que teve sua vazão comprometida pelas atividades de escavação da Mineradora.
161 Ele afirmou ainda que essas comunidades, tiveram que buscar recursos junto ao IDENE para abrir
162 poços artesianos, caso contrário ficariam sem água, inclusive para consumo. Respondendo à
163 pergunta do presente, o Dr. Daniel lembrou que toda atividade humana provoca impactos
164 ambientais e que no Licenciamento já existem medidas para minimizar tais impactos, os quais
165 existem como forma de condicionantes para a permissão de instalação e operação do
166 empreendimento. Nesse caso, deve-se provocar o órgão licenciador para verificar a procedência
167 das reclamações quando da renovação da licença do empreendimento, podendo a mesma ser
168 caçada, caso se observem inconsistências. A seguir, Sérgio Nassau, representante da Associação
169 do Mineira dos Municípios da Área da SUDENE (AMAMS), questionou ao Promotor se o MP está
170 monitorando os laudos de qualidade da água do rio São Francisco, uma vez que existe preocupação
171 da população que está abaixo da represa de Três Marias, como a da cidade de Pirapora/MG, diante
172 do iminente risco de contaminação por rejeitos de mineração que atingiram o rio Paraopebas, em
173 face do rompimento da Barragem da Mina do Feijão, na cidade de Brumadinho. Dr. Daniel
174 ressaltou mais uma vez que o MP não é órgão regulador e, por isso, não tem a função de auditar a
175 qualidade da água dos rios, todavia, em havendo conflitos e se provocado, atuará juridicamente. A
176 seguir, Horácio Cristo, representante da União Serra Geral, perguntou ao Promotor e ao Sr. Clésio
177 Amaral, Superintendente da SUPRAM Regional Norte, se eles têm conhecimento que laudos do
178 INSTITUTO PRISTINO que atestaram altos níveis de arsênio, cianeto e outros metais pesados
179 capazes de contaminar a barragem do Bico da Pedra, que é o grande corpo de água de sustento e
180 desenvolvimento de Janaúba e região. Dr. Daniel informou que o MP não foi notificado quanto ao
181 caso, mas que mediante apresentação do laudo o MP tomará as medidas pertinentes. A seguir, o
182 Sr. Roberto Botelho, informou que a COPASA está realizando análises específicas semestralmente
183 para verificar a presença de contaminantes na barragem Bico da Pedra, conforme orientação da
184 Organização Mundial da Saúde (OMS). Sobre o assunto, o Sr. Clésio Amaral disse que os laudos
185 apresentam resultados contraditórios e que os mesmos foram encaminhados à gerência de águas
186 contaminadas da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) que solicitou a Mineradora uma
187 série de estudos complementares para verificar se há contaminação e qual a sua origem. Finalizou
188 dizendo que a FEAM dará o laudo conclusivo em prazo ainda não estabelecido. Em seguida, a Sra.
189 Mônica Ladeia, membro do CBH Verde Grande, questiona ao Dr. Daniel se ele tem conhecimento
190 das denúncias de barramentos construídos pelo Grupo Plantar S/A, na região de Juramento. Ele
191 informou que o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) encaminhou para o MP uma
192 denúncia sobre o porte de captação do empreendimento e está averiguando o licenciamento desses
193 barramentos artificiais, bem como se as obras estão provocando impactos nos rios da região. Dr.
194 Daniel informou ainda que o COPAM está discutindo as consequências da expansão de grandes
195 empreendimentos no Norte de Minas. Com base nisso, o Estado suspendeu novas concessão em
196 áreas de Mata Atlântica para empreendimentos agrossilvopastoris, por entender os significativos
197 impactos que têm causado à região. Logo após, O SR. RAFAEL CHAVES, analista ambiental do
198 IBAMA, iniciou a apresentação sobre o panorama geral das barragens do Norte de Minas,
199 mostrando um mapa da localização e tipos de barragens que ocorrem no estado, com enfoque para
200 a região norte-mineira. Logo após, Rafael expôs aos presentes, dois relatórios sobre a barragem da
201 Caatinga, sendo um produzido pela CEMIG e outro pelo IBAMA. Apesar de ambos serem do ano de
202 2010, já atestavam graves problemas na infraestrutura da barragem, especialmente pela presença
203 de grandes focos erosivos e deficiência de drenagem, o que segundo os laudos, compromete
204 significativamente a estabilidade da represa. Rafael explicou que a barragem foi construída na
205 década de 70 para atender a irrigação do empreendimento Industrial Malvina, de produção de
206 açúcar e álcool. Possui 1.300 metros de comprimento, 15 metros de altura e 5 km de extensão e
207 está localizada nos limites entre os municípios de Bocaiuva e Engenheiro Dolabela. Com o
208 fechamento do empreendimento e a instalação de um dos maiores, senão o maior Projeto de
209 Assentamento – PA Betinho, a manutenção e monitoramento da barragem que possui capacidade
210 de armazenar 26 milhões de m³ de água, ficou a cargo do INCRA. Rafael pontuou ainda, que duas
211 obras foram feitas na barragem: um vertedouro que serve de escoamento de toda a área da
212 barragem e o rebaixamento da crista da barragem. As obras foram motivadas, após um evento de

213 erosão que carrou grande quantidade de terra para o rio Jequitaiá, comprometendo a qualidade da
214 água. Rafael prosseguiu mostrando diversos problemas estruturais do barramento, com destaque
215 para a deficiência na descarga de fundo, que provocou a erosão do pé do talude da barragem,
216 devido ao descontrole da saída de água. Por isso, segundo pontuou, existe uma grande
217 preocupação quando o INCRA diz que irá fazer o descomissionamento da barragem, uma vez que
218 isso pode provocar o assoreamento do rio Jequitaiá. Ele concluiu recomendando que, como constam
219 nos relatórios, é urgente que se faça reparos no extravasor da barragem, em sua comporta de
220 fundo, permitindo o retorno da operação do sistema de controle de saída de água através da
221 estrutura de escoamento ali instalada; obras de contenção de águas da vazante do rio Jequitaiá;
222 enrocamento dos taludes de montante e de jusante do barramento; obras de canalização do
223 vertedouro lateral da barragem; impedimento do trânsito de animais e licenciamento ambiental
224 corretivo do PA Betinho, assentamento composto por cerca de 760 famílias, as quais seriam
225 diretamente afetadas em caso de ocorrência de algum sinistro na estrutura do barramento. O Sr.
226 Roberto Miranda, representante do SAAE Francisco Sá, salientou aos presentes sobre o quanto o
227 Norte de Minas é carente de barramentos que aumentem a oferta hídrica da região, portanto o
228 Comitê juntamente com os diversos órgãos gestores ali representados, devem impedir que o
229 descomissionamento da barragem da Caatinga seja efetivado. A seguir, Clésio informou que o
230 INCRA foi notificado mais de uma vez para atender as solicitações do processo de licenciamento
231 ambiental, mas até o momento ele não atendeu à solicitação. Ele disse concordar com o Rafael
232 sobre os riscos inerentes ao descomissionamento da barragem e reforçou ainda que atualmente o
233 responsável pela fiscalização de barragens de água estaduais é o Instituto Mineiro de Gestão das
234 Águas (IGAM), por meio de sua Gerência de Infraestrutura de Recursos Hídricos e Hidráulicos. Ele
235 acrescentou também que já recebeu do MP notificações sobre as barragens de Salinas, Cancela e
236 Bananal, todas as três estão localizadas na região de Salinas /MG, as quais deverão ser fiscalizadas
237 nos próximos 15 dias pelo IGAM. Clésio mencionou ainda, que em 2014 todos os empreendedores
238 de barragens foram chamados para fazer cadastro e poucos atenderam ao chamamento. O IGAM
239 fez novos autos de infração, e abriu novo prazo até abril de 2019 para esse cadastramento.
240 Segundo Clésio, o IGAM faz estimativa de que há um total de 80 barragens de grande porte no
241 Norte de Minas. A seguir, **RAFAEL MACEDO, INICIOU SUA APRESENTAÇÃO SOBRE A MRDM,**
242 mostrando a localização do empreendimento e destacando o risco de o mesmo estar localizado à
243 montante do maior manancial de abastecimento de água do Norte de Minas, a barragem Bico da
244 Pedra, localizada em Janaúba/MG. Ele mencionou ainda que o IBAMA participou de todo o processo
245 de licenciamento do empreendimento que, segundo ele, aconteceu de forma atropelada, pois o
246 Governo do Estado de Minas Gerais concedeu as Licenças Prévia e de Instalação (*ad referendum*) e
247 que as atividades de operação foram iniciadas mediante Autorização para Operação (APO) e não
248 Licença de Operação. Resumiu dizendo que as três fases do Processo de Licenciamento foram
249 feitas politicamente em desconsideração a primícias importantes. Disse também que após a início
250 das atividades de mineração formou-se um Grupo de Trabalho constituído pelo IBAMA, Pastoral da
251 Terra e Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), dentre outras instituições,
252 as quais passaram a exigir medidas para mitigar os impactos ambientais e sociais, uma vez que o
253 mesmo já estava em operação. Uma das medidas exigidas foi a instalação de uma manta para
254 impermeabilização da bacia de rejeitos, a qual visa reduzir os riscos de contaminação do solo e
255 lençol freático. Outra observação feita por Rafael foi de que a MRDM concluiu seu Plano de Ações
256 Emergenciais (PAE) após a instalação e início da operação e que o mesmo não contemplava um
257 plano de abastecimento. Segundo ele o manancial do qual captava água secou e então a
258 Mineradora passou a abrir vários poços tubulares sem autorização legal e outorga de captação.
259 Rafael concluiu sua apresentação relatando outros problemas observados atualmente no
260 empreendimento: existência de focos erosivos com carreamento de sólidos na barragem; talude
261 desnudado com riscos de desmoronamento; trânsito de pessoas em áreas de risco; comunidades a
262 jusante sofrem com a partículas de poeira provenientes das detonações das rochas e, ademais, a
263 maioria dessas pessoas não tem conhecimento de que estão na pluma de dispersão do rejeito em
264 caso de rompimento da barragem. Na sequência, Posteriormente, **O SR. ROBERTO BOTELHO,**
265 **SUPERINTENDENTE REGIONAL DA COPASA, INICIOU SUA APRESENTAÇÃO SOBRE AS**

266 **BARRAGENS DA COPASA NA BACIA DO RIO VERDE GRANDE** trazendo um histórico das
267 legislações que regula a segurança e funcionamento de barragens, desde o Código de Hamurabi
268 (Babilônia, 2000 anos a. C.) até a lei 12.334/2010 que estabelece a Política Nacional de Segurança
269 de Barragens, a qual traz a classificação das barragens feita a partir de uma matriz que relaciona a
270 Categoria de Risco X Dano Potencial Associado. De acordo com essa classificação, barramentos
271 com dano alto devem passar por inspeções regulares e revisões de segurança, bem como possuir,
272 obrigatoriamente, um Plano de Ação de Emergência – PAE. Roberto mencionou também que a
273 COPASA possui SOB SUA RESPONSABILIDADE DUAS BARRAGENS NA BACIA DO RIO VERDE
274 GRANDE, A BARRAGEM DE JURAMENTO E A BARRAGEM DE VIAMÃO (em construção), localizada no
275 município de MATO VERDE/MG. Quanto à segurança das barragens, Roberto pontuou que a
276 COPASA possui uma equipe envolvida nos sistemas operacionais de cada uma de suas barragens
277 que fazem a leitura dos instrumentos e promovem a manutenção dos taludes e crista com capina,
278 limpeza das canaletas de drenagem, remoção de arbustos, formigueiros e cupinzeiros, além de
279 contratação de serviços técnicos de engenharia em auditoria, gestão de riscos e segurança de
280 barragens. Ele acrescentou ainda que a instrumentação utilizada para inspecionar, manter e
281 monitorar a barragem de Juramento são: piezômetros pneumáticos, placas de recalque, medidores
282 de nível de água, marcos superficiais de deformação, piezômetros de galeria e medidores de
283 vazão. Os mesmos recursos serão utilizados na barragem de Viamão. Roberto mencionou também
284 que a COPASA possui um Comitê de Gestão das Barragens (CGBC) formada por técnicos
285 habilitados para acompanhar a estabilidade da estrutura. Ele concluiu informando que a barragem
286 de Juramento não possui anomalias, tanto do ponto de vista técnico quanto do estrutural. Ambas
287 as barragens são classificadas pela Agência Nacional de Águas (ANA) como sendo de categoria de
288 risco baixo e o dano potencial associado como alto, pertencendo então à classe “A”. Ademais,
289 Roberto informou que após conclusão das obras e serviços da barragem de Viamão a COPASA
290 manterá um programa de inspeção mensal com os mesmos critérios de monitoramento da
291 barragem de Juramento. Tendo concluído sua apresentação, Roberto respondeu ao questionamento
292 do vereador Sóter Magno sobre quais medidas estão sendo tomadas para manter a segurança da
293 barragem do Córrego dos Porcos, a qual está a montante da cidade de Montes Claros. Roberto
294 afirmou que a barragem dos Porcos, como é chamada, é uma das mais antigas da região, sua
295 construção data do ano de 1932, e enfatizou que o principal problema enfrentado ali é a ação de
296 vândalos que destroem as barreiras de proteção instaladas pela COPASA para acessar a área, mas
297 que vistorias são feitas juntamente com a Polícia de Meio Ambiente para preservar a sua estrutura.
298 Além disso, a vazão da barragem é monitorada periodicamente por técnicos da COPASA, até
299 porque atualmente a barragem é um ponto de captação, contribuindo com 2 a 3% do
300 abastecimento da cidade de Montes Claros, que corresponde de 19 a 20 litros por segundo. A
301 seguir, Roberto foi indagado por um presente (não identificado) sobre a possibilidade de a COPASA
302 assumir a barragem da Caatinga. Ele respondeu que isso só seria viável caso o serviço de
303 abastecimento dos municípios próximos à barragem fosse cedido à concessionária, justificando
304 assim o investimento a ser feito para recuperação da estrutura da barragem. A seguir, Maria
305 Socorro informou que um engenheiro, residente no Bairro Morada do Parque, procurou o DNOCS
306 (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) informando que estava preocupado com a
307 condição da barragem de Porcos utilizada pela COPASA que, em determinado momento, havia feito
308 um prolongamento na soleira da barragem o que, no entendimento dele, comprometia a segurança
309 da estrutura e, assim sendo, havia o temor de rompimento e inundação dos bairros próximos,
310 inclusive e principalmente o Morada do Parque. Ela perguntou a Roberto se a informação e o
311 temor procediam. Ele respondeu que a única intervenção feita pela COPASA na barragem foi o
312 desassoreamento da área, cujo prazo para finalização do serviço ultrapassou quase dois anos em
313 virtude da morosidade na liberação da Licença Ambiental. Maria Socorro perguntou ainda quais as
314 ações de preservação e manutenção que a COPASA realiza em barragens que não estão sob sua
315 tutela, mas que a Companhia utiliza para abastecimento das comunidades do entorno. Roberto
316 explicou, usando como exemplo a barragem do Bananal, que a COPASA desenvolve nesses
317 barramentos um Programa de Revitalização chamado Colmeia, com participação das comunidades
318 da bacia e em parceria com a CODEVASF e prefeituras locais. A seguir, outro presente (não

319 identificado) pergunta ao Roberto sobre o porquê da morosidade da finalização da barragem de
320 Congonhas. Ele afirma mais uma vez que o investimento da COPASA não compensa o uso por
321 outros órgãos na barragem, para isso a COPASA deveria ter um licenciamento exclusivo. Maria
322 Socorro contrapôs dizendo que o DNOCS projetou a barragem CONGONHAS objetivando o
323 abastecimento da cidade de Montes Claros já comprometido de anos, como é de conhecimento da
324 COPASA. Que outro objetivo do empreendimento é a regularização de vazão dos rios Jequitinhonha
325 e VERDE GRANDE à jusante. Que o Superintendente da Regional Norte da COPASA à época (Dr.
326 Daniel Antunes), juntamente com alguns diretores da COPASA em Belo Horizonte estiveram em
327 reunião com a Direção Geral do DNOCS em Fortaleza e lá, conjuntamente, elaboraram um Termo
328 de Acordo quanto a construção do empreendimento, inclusive, quanto a possibilidade de a
329 COPASA, possível operadora, elaborar o projeto da transposição. Esse Termo de
330 Acordo/PROTOCOLO DE INTENÇÕES ficou de retornar à Direção Geral do DNOCS assinado pela alta
331 cúpula da COPASA, o que não aconteceu, segundo informações; apesar da defesa do
332 empreendimento por parte de muitos servidores, tanto que a Companhia (Gerência Montes Claros
333 e/ou a Superintendência Regional Norte) apoiou e forneceu documentos e informações diversas
334 sempre que necessário e muitas vezes fez a defesa do empreendimento tanto que disponibilizou 02
335 (dois) servidores (Monica Ladeia e José Ponciano) para participarem na Agência Nacional de
336 Águas-ANA, juntamente conosco e outro servidor do DNOCS, na defesa do Certificado de
337 Sustentabilidade de Obra Hídrica (CERTOH) que fora aprovado e posteriormente revalidado. Que a
338 COPASA, em face da necessidade ampliou a capacidade de seu barramento. Roberto respondeu
339 que de fato a Diretoria daquela época se mostrou resistente quanto a concordância desse acordo,
340 mas que um termo reduzido foi encaminhado para a ANA e que a COPASA incluiu no seu Plano de
341 Abastecimento uma quantia de 60 milhões para ser investidos na transposição da barragem de
342 Congonhas. Ainda sobre o assunto, o vereador Sóter Magno afirmou estar otimista diante do novo
343 momento político que o país está vivendo e acredita que esse é o tempo oportuno de se levantar
344 um movimento pró-barragem Congonhas. Após estas tratativas foi interrompida a Reunião para o
345 período de almoço, a qual terá continuidade com a apresentação de representantes da
346 MINERADORA RIACHO DOS MACHADOS – MRDM. Após o almoço, já no período vespertino, foi
347 iniciada a referida apresentação. Seus representantes presentes – André, Náira Marques e Talita
348 Elisei responderam prontamente alguns questionamentos sobre o empreendimento levantados pelo
349 Sr. Rafael Chaves, quando de sua apresentação. A Sra. Náira Marques, informou que a MRDM
350 possui a Licença de Operação e que a mesma contém setenta e uma condicionantes a ser
351 cumpridas. Uma dessas condicionantes é o monitoramento hídrico quinzenal do PA 30, cujos
352 relatórios são públicos e enviados a SUPRAM/NM e ao MP. Náira complementou que estudos estão
353 sendo realizados para avaliar todos os passivos ambientais, tais como: rachaduras nas casas,
354 contaminação do lençol freático, etc. Logo após, Talita Elisei, responsável pelo setor de
355 comunicação da MRDM, falou sobre os três programas da Mineradora voltados para à comunidade.
356 O primeiro deles tem como objetivo promover visitas aos moradores do entorno da barragem a fim
357 de conhecer suas demandas, sobretudo referentes ao bem-estar social. O segundo é chamado de
358 Portas Abertas e estimula a visita de pessoas dos mais diversos segmentos da sociedade para
359 conhecer a estrutura e funcionamento da MRDM. E, por fim, o terceiro programa está associado à
360 priorização da qualificação e utilização da mão-de-obra local, com vistas ao desenvolvimento
361 socioeconômico da região. Posteriormente, André Viana, um dos engenheiros responsáveis pela
362 barragem da MRDM, iniciou sua apresentação conceituando o termo barragem como uma estrutura
363 transversal que tem por objetivo acumular rejeitos, que no caso da MRDM são resíduos da extração
364 de ouro. Ele explicou que a barragem foi construída com o método de alteamento à jusante,
365 considerado um dos mais seguros. Além disso, a barragem possui um sistema de drenagem
366 eficiente que mantém o rejeito contido em um estado mais compacto. André informou também
367 que a barragem possui 36 metros de altura, 550 metros de comprimento e capacidade de
368 armazenamento de 9,6 milhões de m³ de rejeitos. A seguir, ele mostrou como funciona a extração
369 de ouro, na qual o minério extraído das rochas é levado para uma usina de beneficiamento onde é
370 separado de materiais sem valor comercial, os chamados rejeitos. Com relação à inspeção da
371 barragem, André explicou que são feitos monitoramentos semanais ou até quinzenais com

372 piezômetros indicadores de água, análise da integridade da manta, formada por uma
373 geomembrana que cobre o solo da cava e sobre a qual é depositado o rejeito, além de inspeções
374 de auditorias externas que atestam periodicamente a estabilidade da estrutura. Em seguida, Rafael
375 Chaves fez quatro questionamentos aos representantes da MRDM: 1) Quais medidas estão sendo
376 tomadas para conter os focos erosivos observados na barragem? 2) Qual a vida útil da barragem?
377 3) Após o encerramento da atividade minerária, qual o compromisso da empresa para manter a
378 segurança do local e promover a recuperação ambiental? 4) O PAE contemplou treinamento para
379 as pessoas que moram à jusante da barragem? Naíra Marques respondeu que esta é uma
380 condicionante que a Mineradora precisa cumprir e que a última simulação feita com a comunidade
381 ocorreu em dezembro de 2018, na qual foram acionadas as sirenes e as pessoas foram orientadas
382 a se deslocarem para um local chamado Ponto de Encontro, onde a pluma de rejeitos não
383 alcançaria. Um presente (não identificado) enfatizou a importância da população de Janaúba e
384 Porteirinha também serem contempladas pelo PAE já que ambas seriam muito prejudicadas caso
385 os rejeitos de mineração atingissem a barragem Bico da Pedra. Em continuação, Naíra responde
386 aos questionamentos feitos por Rafael Chaves dizendo que quando do término da exploração de
387 ouro pela MRDM o conteúdo de rejeitos será completamente retirado e utilizado na linha de
388 produção. Dessa forma, ficará o maciço ou cava minerária, a qual é coberta com lona
389 (geomembrana) e depois será feita a revegetação do local. Complementando a fala da Naíra, Clésio
390 Amaral explicou que toda mineradora possui um Plano de Descomissionamento de Barragens (PDB),
391 o qual relaciona uma série de atividades ao longo do tempo (geralmente entre 8 a 10 anos). O
392 Plano inclui a retirada da água e a consequente drenagem superficial pluvial, acompanhada do *top*
393 *soil*. O maciço é então coberto por uma manta impermeável e, por fim, a região será reflorestada
394 podendo, até mesmo, ser transformada em uma área de recreação. Clésio pontuou ainda que esse
395 é um dos métodos de descomissionamento dentre os vários existentes, cabendo ao
396 empreendimento a escolha de método mais adequado. Por fim, concluiu enfatizando que esses
397 procedimentos não eximem a empresa de continuar apresentando os laudos que atestem a
398 estabilidade da barragem enquanto ela estiver em operação. Logo a seguir, Alexandre Gonçalves,
399 representante da Pastoral da Terra, perguntou aos representantes da MDRM sobre qual o
400 posicionamento da empresa frente ao laudo apresentado pelo Instituto Pristino que atestou
401 rebaixamento do lençol freático na área de operação da Mineradora e ainda questionou se é a
402 própria empresa que realiza as análises de monitoramento de contaminação dos poços. Naíra
403 respondeu que esse monitoramento é realizado por empresas externas altamente qualificadas para
404 tal e que a Mineradora faz anualmente o processo de licitação para escolha da empresa. Em
405 seguida, José Godrim, representante da EMATER, questiona como é feita a inspeção da manta de
406 impermeabilização da barragem. André Vianna informou que análises regulares são feitas para
407 verificar se existem furos na manta e, se constatados, são reparados. Logo após, João Batista,
408 representante da EPAMIG, mencionou que em uma audiência pública, a MRDM firmou um Termo de
409 Ajustamento de Conduta-TAC que a incumbia de fornecer água potável para a população do
410 entorno do empreendimento que sofrera com o secamento de mananciais e poços desde o início
411 das atividades da Mineradora. Naíra informou que essas pessoas estão recebendo água potável de
412 caminhão pipa, mas que a MDRM pretende construir barraginhas para atender essas comunidades.
413 Clésio Amaral informou que as licenças dessas barraginhas já foram concedidas pela SUPRAM/NM e
414 que cabe agora à empresa proceder com as obras. Posteriormente, Aduari, representante da
415 Câmara Municipal de Janaúba, sugeriu que a COPASA fizesse um laudo trimestral da qualidade da
416 água do Gorutuba e que uma audiência pública fosse convocada para que as questões discutidas
417 na reunião se transformassem em ações efetivas pelas partes responsáveis. Encerrados as
418 discussões e questionamentos a Secretária MARIA SOCORRO MENDES A CARVALHO retomou a
419 palavra para, na sequência, retomar as sugestões de **ENCAMINHAMENTOS** e submetê-los à
420 aprovação do Plenário. O primeiro encaminhamento foi proposto pelos representantes da
421 Mineradora, no sentido é que fosse realizada uma segunda reunião objetivando elucidar algumas
422 questões que ficaram em aberto. Anuindo, os membros do CBH Verde Grande sugeriram que a
423 reunião fosse realizada em Janaúba para viabilizar a participação das comunidades próximas ao
424 empreendimento, o que ficou aprovado. O segundo encaminhamento foi proposto por Horácio

425 Cristo, no sentido de requerer à COPASA a realização de análises trimestrais sobre a qualidade da
426 água do rio Gortuba, especificamente com relação à presença de metais pesados. O terceiro
427 encaminhamento diz respeito a acionar os órgãos gestores das outras barragens do Norte de Minas
428 para que apresentem laudos sobre a situação atual das barragens por eles geridas. Por fim, Juliana
429 Correia, representante da prefeitura de Verdelândia, mencionou que a barragem da COPASA no
430 município está em situação crítica por falta de manutenção, por isso, sugeriu o quarto
431 encaminhamento no sentido de se provocar à COPASA para dar explicações sobre essa questão. Os
432 encaminhamentos propostos foram apreciados pelo plenário e aprovados por unanimidade. Após
433 aprovados os encaminhamentos o Senhor Presidente do CBH Verde Grande, Dirceu Colares,
434 retomando a fala e o tema desta Reunião Extraordinária, pontuou que diante do rompimento da
435 barragem da VALE S/A, em Brumadinho, está ocorrendo uma grande mobilização do CBH São
436 Francisco para que o modelo de atividade minerária desenvolvida no Brasil seja mais seguro para a
437 população e o meio ambiente. Afirma ainda que, como membro da Câmara Regional Consultiva do
438 Alto São Francisco (CCR Alto), se esforçará para trazer à bacia do rio Verde Grande as medidas
439 adotadas pelo CBH São Francisco. Na sequência, o Presidente agradeceu a participação de todos os
440 membros e convidados e deu por encerrada esta reunião extraordinária do CBH Verde Grande,
441 sobre a qual, a secretaria DO CBH, lavrou a presente ata.

442

443

444

MARIA SOCORRO MENDES ALMEIDA CARVALHO

445

Secretária

446

447

DIRCEU COLARES DE ARAÚJO MOREIRA

448

Presidente